

Elias Mota Vasconcelos Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio
SustentávelUniversidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
eliasturismo@yahoo.com.br**Stäel de Alvarenga Pereira Costa** Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas
Arquitetura e UrbanismoUniversidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
staelalvarenga@gmail.com**Marina Salgado** Doutora em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
marinasalgado@pucminas.br

ENTRE A MEMÓRIA E O ABANDONO: O DESCASO E A DESCARACTERIZAÇÃO DA PRAÇA RODRIGUES DOS SANTOS EM SANTARÉM (PA)

Resumo

Este artigo discute a ausência de políticas efetivas de preservação cultural na cidade de Santarém (PA), tomando como estudo de caso a Praça Rodrigues dos Santos, um dos mais antigos e simbólicos espaços públicos do seu Centro Histórico. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamenta-se em levantamento bibliográfico e documental sobre o patrimônio edificado, buscando evidenciar as contradições entre a relevância histórica dos bens culturais santarenos e a negligência das ações voltadas à sua salvaguarda. Parte-se da constatação de que a escassez de instrumentos de proteção e de informações acessíveis à população compromete a valorização social e política desses espaços, favorecendo processos de descaracterização. No caso específico da Praça Rodrigues dos Santos, a invisibilidade institucional e a carência de estudos técnicos reforçam a marginalização de um bem representativo da formação urbana e identitária de Santarém. Ao situar o caso em um quadro mais amplo de omissão patrimonial, o trabalho busca atualizar e sistematizar dados sobre o espaço, oferecendo subsídios à formulação de políticas públicas e ao debate sobre a relação entre patrimônio, memória coletiva e gestão urbana em cidades amazônicas.

Palavras-chave: Santarém (PA); patrimônio edificado; memória; Praça Rodrigues dos Santos; Centro Histórico.

BETWEEN MEMORY AND ABANDONMENT: NEGLECT AND DISFIGUREMENT OF RODRIGUES DOS SANTOS SQUARE IN SANTARÉM (PA)

Abstract

This article discusses the absence of effective cultural heritage preservation policies in the city of Santarém, Pará (Brazil), taking Rodrigues dos Santos Square, one of the oldest and most symbolic public spaces in its historic center, as a case study. The research, qualitative and exploratory in nature, is based on bibliographic and documentary surveys on built heritage and aims to highlight the contradictions between the historical significance of Santarém's cultural assets and the negligence of actions directed toward their safeguarding. It departs from the premise that the scarcity of protection instruments and the lack of accessible information for the population undermine the social and political appreciation of these spaces, fostering processes of disfigurement and loss of authenticity. In the specific case of Rodrigues dos Santos Square, institutional invisibility and the absence of technical studies reinforce the marginalization of a site that is representative of Santarém's urban and identity formation. By situating this case within a broader framework of heritage omission, the study seeks to update and systematize data on the site, providing support for public policy formulation and contributing to the debate on the relationship between heritage, collective memory and urban management in Amazonian cities.

Keywords: Santarém (PA); built heritage; memory; Rodrigues dos Santos Square; historic center.

INTRODUÇÃO

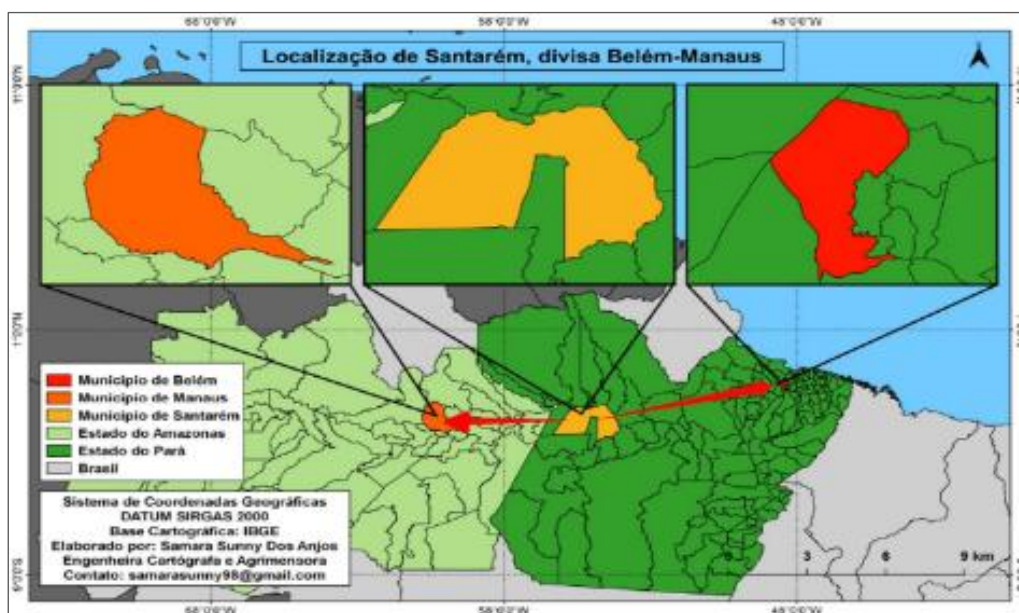
Localizada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, a cidade de Santarém construiu sua centralidade histórica a partir de condições geográficas singulares, que a projetaram como espaço de profundas interações econômicas e culturais, mas também de disputas de memória e identidade. Com população estimada em 360.871 habitantes e área territorial de 17.898,389 km² (IBGE, 2025), configura-se como o terceiro maior centro urbano do Pará (Pereira, 2004), reunindo atributos que marcaram sua transição de vila à condição de cidade em 1848.

Essa configuração geográfica e simbólica consolidou um imaginário de civilidade e modernidade, construído na articulação entre a materialidade das edificações e os discursos sociais que a projetaram como referência histórica e cultural na região. Ao longo de sua trajetória, Santarém reafirmou-se como polo intermediário de circulação de pessoas, produtos e ideias, consolidando uma identidade urbana própria, marcada pela diversidade cultural e pela permanência de elementos que evocam sua memória coletiva.

A Figura 1 evidencia a posição estratégica de Santarém entre as duas principais metrópoles da Amazônia, Belém e Manaus. Representadas respectivamente pelas cores vermelha e laranja, essas cidades delimitam um eixo urbano-regional de grande relevância histórica, econômica e simbólica. Santarém, destacada em amarelo, ocupa posição intermediária nesse corredor amazônico, configurando-se como ponto de convergência entre os fluxos fluviais e terrestres que articulam o leste e o oeste da região.

Essa localização confere ao município papel singular na rede urbana amazônica, funcionando como elo de intermediação entre as capitais e os demais municípios do Baixo e Médio Amazonas. Essa condição geográfica privilegiada contribuiu para a formação de um território de múltiplas camadas, no qual se sobrepõem processos históricos, urbanísticos e culturais que expressam tanto a inserção regional de Santarém quanto suas especificidades locais.

Figura 1. Localização de Santarém entre Belém (PA) e Manaus (AM).
Fonte: Pires *et al.* (2018).



Apesar de sua relevância histórica e de sua posição estratégica na região, Santarém carece de políticas públicas consistentes voltadas à preservação do patrimônio cultural. As ações existentes, geralmente pontuais e descontinuadas, não se consolidam como política de Estado, mas como iniciativas de governo que se perdem a cada mudança administrativa. A inexistência de um plano municipal de preservação e de instrumentos de proteção específicos para o Centro Histórico reforça a vulnerabilidade dos bens culturais santarenos, muitos dos quais permanecem sem tombamento, inventário atualizado ou sinalização interpretativa.

No âmbito estadual, observa-se que os mecanismos de proteção disponíveis não têm sido acionados de forma efetiva para contemplar o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Santarém, o que mantém o município à margem de iniciativas mais amplas de salvaguarda. Em nível federal, embora exista um marco consolidado de preservação, a exemplo do Decreto-Lei nº 25 de 1937 e dos instrumentos de tombamento e registro, não há ações direcionadas que incluam o Centro Histórico de Santarém (CHS) entre as políticas de proteção patrimonial, ampliando o quadro de desarticulação entre as três esferas governamentais. Assim, a ausência de integração entre os níveis municipal, estadual e federal resulta em um cenário de fragilidade institucional e de continuidade dos processos de descaracterização.

Essa fragilidade institucional reflete-se no próprio tecido urbano da cidade, cujos casarões, solares e praças históricas coexistem com edificações modernas sem critérios de inserção paisagística. A valorização de empreendimentos contemporâneos, em detrimento da conservação e requalificação do patrimônio existente, evidencia a dificuldade do poder público de equilibrar crescimento urbano e preservação cultural. Como observa Nunes (2022), o patrimônio de Santarém “oscila entre a invisibilidade e a resistência”, síntese que expressa a tensão entre o valor simbólico dos espaços e a lógica de expansão urbana orientada por interesses imediatistas.

Nesse contexto, o CHS destaca-se como núcleo originário da cidade e território em que se expressam, de forma concentrada, as contradições entre permanência e transformação. Reunindo edificações, praças, igrejas e monumentos que testemunham os diversos ciclos da formação urbana, o CHS apresenta camadas temporais sobrepostas que revelam a riqueza histórica e a fragilidade de sua conservação. O abandono de imóveis, a especulação imobiliária e a descaracterização de fachadas evidenciam a ausência de políticas de preservação integradas e a perda progressiva da identidade arquitetônica e simbólica do conjunto. Além da degradação física, o esvaziamento funcional e o desconhecimento da importância social desses espaços comprometem o vínculo afetivo da população com seu patrimônio, tornando o CHS um território em disputa entre memória e esquecimento.

É nesse cenário que a Praça Rodrigues dos Santos se insere como um dos logradouros públicos mais antigos e representativos do Centro Histórico, portadora de expressivo valor histórico e simbólico para a memória coletiva da cidade. O espaço, entretanto, encontra-se submetido a processos de descaso e descaracterização, perceptíveis tanto na degradação física quanto na invisibilidade nas políticas de gestão urbana e cultural. Soma-se a esse quadro a escassez de estudos específicos sobre a praça, o que restringe sua compreensão no âmbito acadêmico e compromete a formulação de estratégias de valorização e requalificação.

Além de sua relevância histórica como espaço público, a praça incide sobre uma área de significativa importância arqueológica e memorial, vinculada ao antigo território dos Tapajó, ou Tupaiú, e ao processo de formação do núcleo urbano original de Santarém. Essa dimensão amplia o sentido do logradouro, que pode ser compreendido como equipamento urbano e como lugar de

memória, condensando temporalidades indígenas, coloniais, republicanas e contemporâneas. Assim, a análise da Praça Rodrigues dos Santos permite compreender, em escala reduzida, as contradições mais amplas que atravessam o patrimônio santareno. Apesar de sua relevância histórica e arqueológica, o logradouro permanece à margem das políticas efetivas de preservação, revelando um descompasso entre reconhecimento simbólico e gestão patrimonial.

Diante desse panorama, este artigo objetiva identificar os fatores que explicam a ausência de preservação e conservação da Praça Rodrigues dos Santos, discutindo suas implicações para a memória coletiva, a identidade local e as possibilidades de inserção do CHS em políticas culturais e turísticas no contexto amazônico. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em levantamento bibliográfico e documental sobre o patrimônio edificado de Santarém e em análise interpretativa de fontes históricas, urbanísticas e imagéticas.

Além desta introdução, o artigo estrutura-se em três seções principais: contextualização da área de pesquisa, metodologia, resultados e discussão, seguidas das considerações finais.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

A compreensão da Praça Rodrigues dos Santos exige situá-la no contexto mais amplo da formação histórica de Santarém e de seu núcleo urbano original. O espaço no qual se localiza o logradouro corresponde ao território da antiga aldeia dos Tupaiú, ou Tapajó, reconhecido como o ponto inicial do contato entre colonizadores europeus e povos indígenas na região. Trata-se de uma área de longa duração histórica, onde se sobrepõem camadas temporais e simbólicas que expressam a transição da ocupação indígena à cidade contemporânea, revelando a complexidade das permanências e reconfigurações que conformam a paisagem cultural santarena.

A análise da Figura 2 revela que, a despeito das sucessivas intervenções, a Praça Rodrigues dos Santos ainda preserva elementos naturais que contribuem para a manutenção de sua ambiência e para o reconhecimento de seu valor paisagístico. As árvores remanescentes reafirmam a dimensão estética e simbólica do lugar, funcionando como vestígios da configuração original, como marcas de continuidade entre natureza e cidade. No entorno

imediatamente, localizam-se dois bens edificados de grande relevância histórica, o Teatro Vitória (a) e o Mercado Municipal (b), cujas presenças consolidam o papel da praça como eixo estruturador da vida urbana e da memória coletiva de Santarém.



Figura 2. Vista aérea da Praça Rodrigues dos Santos. Fonte: Google Earth Pro (2025).

Nesse sentido, a leitura espacial proporcionada pela Figura 2 permite compreender que os elementos naturais e construídos não se apresentam de forma isolada, mas se articulam a um processo histórico mais amplo que antecede a própria conformação urbana. O amplo quadrilátero aberto na mata, denominado pelos povos originários Ocara-Açu, expressão que significa “terreiro grande” (Santos, 1999; Fonseca, 2006), corresponde ao que, em 2025, constitui o perímetro do Centro Histórico de Santarém. Nessa área se condensam as principais referências da formação urbana santarena, como a antiga missão jesuítica, as primeiras edificações religiosas e civis e os marcos fundacionais do poder colonial.

Conforme Fonseca (2006), o padre jesuíta João Felipe Bettendorf, fundador oficial da missão dos Tapajós, erigiu a primeira igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição, posteriormente instituída como padroeira da cidade. A construção do templo representou um gesto de devoção religiosa e uma estratégia de territorialização da fé católica e de consolidação da presença portuguesa no Baixo Amazonas. A substituição posterior da edificação original por novas construções ilustra o processo contínuo de ressignificação do espaço urbano, no qual camadas coloniais, republicanas e modernas se sucedem, deixando vestígios materiais e simbólicos.

Esse movimento de transformação é retomado no século XX, como revela o testemunho de Renato Sussuarana (2025), considerado por muitos santarenos

um patrimônio vivo da cidade. Poeta, escritor, artista plástico e reconhecido incentivador da cultura local, Sussuarana é figura central na preservação da memória e das expressões artísticas de Santarém. Morador do entorno da Praça Rodrigues dos Santos, espaço que acompanha cotidianamente há décadas, ele guarda lembranças e vivências que atravessam as diferentes fases de transformação do logradouro. Em entrevista concedida ao canal “Olhar Mocorongo” (YouTube), recorda o período em que, entre 1969 e 1970, idealizou o projeto de requalificação da praça, concebendo-a como uma síntese simbólica da trajetória histórica do município. No centro do espaço, instalou um chafariz composto por três conchas e uma esfera, em que as conchas representavam as fases de formação urbana, aldeia, vila e cidade, à medida que a esfera superior simbolizava a “Pérola do Tapajós”, denominação afetiva que expressa o sentimento de pertencimento dos santarenos. Com o passar dos anos, o chafariz foi removido e substituído por esculturas de figuras emblemáticas da memória local, como o major Haroldo Veloso e o padre João Felipe Bettendorf, cuja estátua permanece no local até o presente (2025). Essa trajetória de substituições e esquecimentos evidencia as camadas de significação e de disputa simbólica que configuram a praça como espaço de memória, identidade e resistência cultural.

A narrativa de Sussuarana, marcada por sua experiência direta e afetiva com o lugar, amplia a compreensão da praça como um território de múltiplas temporalidades, no qual se sobrepõem diferentes sentidos de pertencimento e apropriação. Essa leitura dialoga com a própria gênese do espaço, cuja fundação está profundamente vinculada à história missionária de Santarém. A edificação da igreja e a posterior configuração da praça materializam um processo de reinterpretação simbólica do território, no qual o antigo espaço dos povos Tapajó ou Tupaiú foi convertido em núcleo de irradiação religiosa e, mais tarde, em centro cívico e urbano. Essa transformação instaurou uma nova ordem de significados, ancorada na sacralização e na institucionalização do espaço. O documentário *Ocara-Açu* (2025), dirigido pelo Padre Sidney Canto e por Fábio Barbosa e aprovado no Edital de Chamamento Público nº 003/2023 da Secretaria Municipal de Cultura (Lei Paulo Gustavo), retoma essa discussão ao evidenciar, por meio de depoimentos e imagens, o processo histórico de substituição de memórias.

A escolha da devoção mariana como elemento preponderante dessa fundação não foi aleatória, pois cumpria uma função político-religiosa de legitimação do

domínio colonial. A edificação de templos, cruzeiros e praças constituía uma forma de materializar o poder e inscrever novas narrativas sobre os territórios ocupados. Como argumentam Meneses (1992) e Nora (1993), a memória não é um registro fixo do passado, mas um processo dinâmico e seletivo de construção, marcado por disputas e reinterpretações constantes. Em vista disso, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a própria Praça Rodrigues dos Santos devem ser compreendidas como lugares de memória, nos quais se condensam as tensões entre lembrança e esquecimento, dominação e pertencimento.

A trajetória da Praça também dialoga com os debates sobre o conceito de patrimônio. Carsalade (2014, 2024), Castriota (1998), Choay (2006) e Gonçalves (2009) convergem ao reconhecer que o patrimônio não é concebido como um conjunto estático de bens, mas uma construção social em permanente redefinição, que adquire novos significados, conforme os contextos históricos e culturais. A sucessão de denominações atribuídas à Praça Rodrigues dos Santos, ao Largo das Amendoeiras, ao Largo do Teatro e à Praça da República, entre outras ilustra essa natureza dinâmica, em que a toponímia opera como instrumento de reinscrição de identidades e projetos de cidade.

Segundo os estudos de Maciel (2021), a Praça constitui um espaço urbano, planejado ou espontâneo, caracterizado pela ausência de edificações, delimitado pela ambiência do entorno e destinado à convivência social, contribuindo para a qualidade urbana. Seu desenho externo é condicionado pela malha da cidade, enquanto os limites físicos organizam o espaço interno. Para ser reconhecida como praça, deve atender a três condições: acessibilidade, integração dos percursos internos e harmonia entre as formas. Sob essa perspectiva, a Praça Rodrigues dos Santos, na década de 1970, apresentava-se como exemplo expressivo desse tipo urbano, cuja configuração espacial e trajetória histórica refletiam a dinâmica de transformação do centro da cidade.

À luz dessa concepção, pode ser compreendida como logradouro de relevância histórica e simbólica para Santarém, que, ao longo de sua trajetória, recebeu múltiplas denominações não oficiais, refletindo usos sociais e momentos distintos da vida urbana: Largo das Amendoeiras, Largo do Teatro, Largo da Usina, Praça das Missões, Praça do Congresso e Praça do Cruzeiro. Em

termos oficiais, foi denominada inicialmente Praça da Imperatriz e, posteriormente, Praça da República (Fonseca, 2006).

Em 1927, foi oficialmente rebatizada como Praça Rodrigues dos Santos, em homenagem ao político santareno Manoel Waldomiro Rodrigues dos Santos, intendente municipal (Santos, 1999). A sucessão dessas nomenclaturas demonstra o caráter vivo e mutável da Praça, cuja identidade foi continuamente reconstruída conforme práticas sociais, projetos de poder e memórias coletivas.

Todavia, essa realidade contrasta com os dispositivos constitucionais que, desde 1988, asseguram o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional (art. 215), além de reconhecer como patrimônio cultural os bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais (art. 216). Apesar dessas garantias, observa-se em Santarém um descompasso entre o marco jurídico e a efetividade das políticas de preservação. A ausência de ações consistentes de proteção e valorização da Praça Rodrigues dos Santos evidencia fragilidades locais frente às determinações constitucionais, revelando a distância entre o que a legislação prevê e o que se concretiza na prática.

METODOLOGIA

A investigação foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, considerada a mais adequada para compreender fenômenos sociais e culturais cuja complexidade escapa a modelos quantitativos e a generalizações simplificadoras. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa busca compreender o universo dos significados, das motivações e das crenças que orientam as ações humanas, reconhecendo o caráter subjetivo e contextual do conhecimento. Para Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar familiaridade com o problema investigado, favorecendo ao pesquisador desenvolver interpretações fundamentadas na realidade observada. Assim, a abordagem adotada neste trabalho procura interpretar os sentidos e as contradições que atravessam a trajetória da Praça Rodrigues dos Santos, compreendendo-a como um bem coletivo tensionado por disputas de memória, identidade e poder.

Em consonância com Minayo (2010), compreende-se que a análise qualitativa deve buscar a compreensão da totalidade dos fenômenos, valorizando sua complexidade e pluralidade. Essa perspectiva fundamenta a leitura crítica proposta, na qual a Praça Rodrigues dos Santos é analisada como um espaço

físico e como um lugar de significações múltiplas, no qual se expressam práticas, memórias e representações sociais que configuram a identidade urbana e cultural de Santarém.

O percurso metodológico estruturou-se em duas etapas complementares: a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A primeira compreendeu o levantamento e a análise de produções acadêmicas e institucionais sobre patrimônio, memória, urbanismo e história de Santarém, com ênfase nas discussões relativas ao CHS e às políticas culturais. Essa revisão permitiu situar a Praça Rodrigues dos Santos em um quadro mais amplo de negligência patrimonial, evidenciando a carência de estudos específicos sobre o logradouro e revelando um quadro de invisibilidade que fragiliza sua inserção nas políticas públicas de conservação. Em consonância com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica constitui etapa essencial para compreender o estado da arte sobre determinado tema, permitindo ao pesquisador identificar lacunas e orientar o desenvolvimento do estudo.

A análise documental, por sua vez, envolveu o exame de legislações federais e municipais, registros históricos, plantas urbanas, mapas, relatórios técnicos, materiais cartográficos e iconográficos, que, lidos de forma articulada, possibilitaram reconstruir temporalidades distintas e observar as transformações da Praça ao longo dos séculos. Essa leitura crítica teve como propósito confrontar o discurso normativo da proteção patrimonial com as práticas de gestão urbana, evidenciando as contradições entre o reconhecimento jurídico do patrimônio como direito cultural e a precariedade de sua salvaguarda no contexto local.

Essa etapa incluiu, também, observações diretas realizadas entre 2023 e 2025, voltadas a registrar as condições físicas, funcionais e simbólicas da Praça Rodrigues dos Santos e de seu entorno. O registro fotográfico sistemático subsidiou a análise das continuidades e rupturas na paisagem urbana, viabilizando a identificação e elementos que denunciam a deterioração física e o esvaziamento simbólico do espaço público. O uso articulado de imagens históricas e contemporâneas ampliou a compreensão das mudanças na ambiência, na função e na inserção urbana da praça, conferindo densidade empírica à investigação.

Do ponto de vista analítico, o estudo apoiou-se em referenciais que compreendem a memória e o patrimônio como construções sociais dinâmicas

e disputadas, sujeitas a reinterpretações permanentes. Com base em Carsalade (2014, 2024), Castriota (1998), Choay (2006), Meneses (1992, 2006) e Nora (1993), o patrimônio é aqui entendido como fenômeno cultural e político, expressão de relações de poder, valores coletivos e práticas seletivas de recordação e esquecimento. Essa abordagem dialoga com o entendimento de Minayo (2010) de que a pesquisa qualitativa deve revelar as contradições e as ambiguidades dos fenômenos, considerando que o real é sempre complexo, histórico e construído socialmente.

A análise desenvolvida buscou articular as dimensões empíricas e teóricas, evidenciando o estado de conservação da praça e os processos simbólicos e políticos de sua invisibilização. A triangulação entre as fontes documentais, os registros visuais e a literatura especializada possibilitou uma leitura integrada, combinando descrição empírica e interpretação crítica. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a triangulação metodológica reforça a validade das interpretações e amplia a consistência dos resultados, ao confrontar diferentes tipos de evidência sob uma mesma lente teórica. Essa perspectiva reflexiva permitiu situar o caso de Santarém em um contexto mais amplo das políticas patrimoniais amazônicas, marcadas pela distância entre o discurso de valorização cultural e as práticas de abandono e descontinuidade administrativa.

Reconhece-se que a pesquisa apresenta limitações decorrentes da escassez de estudos dedicados especificamente à Praça Rodrigues dos Santos e da falta de acervos técnicos atualizados sobre o Centro Histórico de Santarém. Essa lacuna, entretanto, reforça a pertinência da investigação, que busca sistematizar informações dispersas e contribuir para a visibilidade acadêmica e institucional de um espaço negligenciado.

A metodologia adotada, portanto, extrapola a dimensão técnica e assume caráter interpretativo e propositivo, voltado a compreender, criticamente, os processos de desvalorização patrimonial e a propor caminhos para a integração entre preservação, participação social e gestão cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta seção derivam dos procedimentos descritos na metodologia, que combinaram análise documental, levantamento bibliográfico, observação de campo e registro fotográfico. Essa abordagem

qualitativa e exploratória, conforme defendem Gil (2008) e Minayo (2010), permitiu compreender o objeto de estudo em sua totalidade, interpretando-o como fenômeno histórico e simbólico inserido em um contexto de disputas políticas e culturais.

A análise empírica e documental revelou que a Praça Rodrigues dos Santos sintetiza, de modo exemplar, as contradições que atravessam as políticas urbanas e patrimoniais de Santarém. O cruzamento de legislações, registros fotográficos, plantas urbanas e observações *in loco* demonstrou que o logradouro, embora situado no coração do Centro Histórico, é tratado pelo poder público como espaço secundário, submetido a intervenções pontuais e a usos que desconsideram seu valor histórico, simbólico e arqueológico. Essa constatação emergiu da leitura crítica das fontes e da observação direta das dinâmicas cotidianas do espaço, corroborando a pertinência da abordagem interpretativa adotada.

Entre as diversas intervenções realizadas na Praça, nenhuma se mostrou tão prejudicial, em termos simbólicos e materiais, quanto à ocorrida em 2022. Naquele momento, a Prefeitura Municipal determinou, de forma unilateral e sem consulta pública, a demolição de parte do espaço para implantação de uma estrutura destinada ao comércio informal, popularmente conhecida como “camelódromo”. Tal ação descaracterizou um dos mais antigos logradouros do CHS e evidenciou a ausência de mecanismos participativos e de reconhecimento da praça como patrimônio coletivo e espaço de memória da cidade.

A reação da sociedade civil, liderada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGTap), demonstrou insatisfação diante da condução arbitrária do poder público. A ação movida junto ao Ministério Público do Estado do Pará resultou na suspensão das obras por decisão liminar e expôs a fragilidade dos processos de planejamento urbano que desconsideram a participação social e o valor histórico dos espaços públicos. Nesse contexto, especialistas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) elaboraram o Laudo do Estado de Conservação e Impactos sobre o Sítio Arqueológico Aldeia, apresentando análise técnica preliminar que denunciou danos já ocorridos e alertou para riscos irreversíveis ao patrimônio arqueológico e histórico-cultural (Sussuarana, 2022).

A combinação entre mobilização comunitária e respaldo científico confronta a lógica predatória que orienta determinadas intervenções urbanas, revelando o conflito permanente entre interesses econômicos imediatos e preservação da memória coletiva. A Praça Rodrigues dos Santos não pode ser reduzida à condição de mero logradouro público. Sua espacialidade se sobrepõe a um dos mais relevantes sítios arqueológicos do oeste do Pará, cujos vestígios se estendem pelo CHS, pelo bairro Aldeia e por áreas adjacentes. Trata-se, portanto, de território sustentado por complexa estratificação de temporalidades, em que camadas indígenas, coloniais e contemporâneas coexistem e se reatualizam na paisagem urbana.

O interesse científico pela área remonta às investigações pioneiras de Curt Nimuendaju (1953), que registrou evidências materiais de povos ancestrais no local. Décadas depois, pesquisadores como Denise Gomes (2006, 2017) aprofundaram esses estudos, reafirmando a importância arqueológica da região. Contudo, o valor desse patrimônio contrasta com o processo urbano marcado pela negligência do poder público e pela ausência de políticas consistentes de preservação, o que contribui para a vulnerabilidade e a descaracterização de um espaço que deveria ser reconhecido como eixo de memória e identidade coletiva.

As Figuras que se seguem apresentam períodos distintos da trajetória da Praça Rodrigues dos Santos, evidenciando mudanças em sua forma, ambiência e usos.



Figura 3. Praça Rodrigues dos Santos (década de 1970).
Fonte: Blog do Pe. Sidney Canto (2024).

A Figura 3 evidencia momento histórico distinto da Praça Rodrigues dos Santos, permitindo analisar como, em outros períodos, o espaço público era objeto de maior atenção e cuidado por parte do poder público e da sociedade local. Observa-se a valorização da limpeza urbana, a presença de iluminação adequada, o manejo das árvores com podas regulares e a manutenção da pintura, elementos que expressam um padrão estético e uma concepção de urbanidade orientada pela ideia de civilidade e ordem. Além disso, a conservação do casario no entorno reforçava a integração entre o logradouro e o tecido urbano, configurando um ambiente que articulava funcionalidade, sociabilidade e representatividade simbólica.



Figura 4. Praça Rodrigues dos Santos em 2025.
Fonte: Acervo dos autores (2025).

A comparação com a situação contemporânea, representada pela Figura 4, apresentada sob o mesmo ângulo, suscita reflexões sobre os processos de negligência, descontinuidade administrativa e ausência de políticas efetivas de preservação que contribuíram para a descaracterização progressiva desse patrimônio coletivo. Em 2025, durante o período diurno, a Praça Rodrigues dos Santos tem sido utilizada como estacionamento informal, evidenciando a apropriação funcional do espaço em detrimento de sua dimensão histórica e simbólica. Esse deslocamento de função não é trivial: ele indica a redução do valor público da praça à sua utilidade imediata, dissolvendo seu papel como lugar de convivência, memória e leitura da paisagem histórica.

Figura 5. Destruição parcial da Praça Rodrigues dos Santos em 2022.
Fonte: Tapajós de Fato (2022).



Figura 6. Fragmentos encontrados na praça em 2022.
Fonte: Tapajós de Fato (2022).



As Figuras 5 e 6, em contraste com a Figura 3, revelam o cenário de abandono que hoje recai sobre a Praça Rodrigues dos Santos, espaço público de elevada relevância histórica, memorial e identitária para a população santarena. A Figura 6, em particular, evidencia fragmentos de artefatos cerâmicos, indícios materiais que reforçam a profundidade temporal do sítio e a importância de sua salvaguarda. O que em outros períodos se constituiu como logradouro central de sociabilidade, convivência e expressão simbólica da cidade encontra-se marcado pela destruição parcial provocada justamente pelo agente que deveria assegurar sua proteção: a Prefeitura Municipal de Santarém. Esse paradoxo, no qual o poder público atua como vetor de degradação, evidencia a fragilidade das políticas de gestão urbana e patrimonial e demonstra a ausência de compromisso com a preservação de um bem que ultrapassa a materialidade e se inscreve, de forma decisiva, no campo da memória social.



Figura 7. Praça Rodrigues dos Santos em 2024.

Fonte: Acervo dos autores 2024.



Figura 8. Praça Rodrigues dos Santos em 2025.

Fonte: Acervo dos autores 2025.

As Figuras 7 e 8 reforçam o contraste entre passado e presente. Se em décadas anteriores a Praça simbolizava limpeza, ordenamento e cuidado urbano, em 2025, observa-se a consolidação de um processo de abandono. Esse quadro resulta da combinação entre o uso irresponsável e predatório por parte de alguns segmentos da população e a omissão das instâncias municipais responsáveis pela gestão e fiscalização. Ao deixar de coibir práticas irregulares e não zelar adequadamente pelo espaço público, o poder municipal contribui para a deterioração da paisagem e para o enfraquecimento do valor simbólico e social da Praça Rodrigues dos Santos.

Nunes (2022) observa que essa situação reflete a perda de centralidade do logradouro na vida urbana contemporânea, convertendo-o em espaço de marginalização social e funcionalidade residual, utilizado como abrigo, estacionamento e ponto de pequenas oficinas. A contradição entre o discurso

de valorização do patrimônio e as práticas cotidianas de negligência revela a distância entre reconhecimento simbólico e preservação efetiva. O autor enfatiza ainda que a Praça Rodrigues dos Santos, marcada por expressivo registro arqueológico, mantém potencial para reconectar a cidade às suas histórias, memórias e matrizes culturais silenciadas, mas persistentes. Qualquer modificação no logradouro ou em seus entornos deveria, portanto, ser precedida por ações de mapeamento arqueológico e licenciamento ambiental, assegurando a devida proteção do patrimônio e o diálogo com comunidades tradicionais vinculadas ao território.

Mais do que uma intervenção estética, a Praça requer requalificação urbana capaz de garantir uso público democrático e inclusivo, associada à valorização arqueológica, ao reconhecimento das demandas indígenas e tradicionais, à promoção do turismo histórico-cultural e à criação de alternativas de geração de renda participativa. Sob esse viés, a preservação não se reduz à restauração física, implica, em verdade, reinserir o patrimônio no cotidiano da cidade, restituindo-lhe legibilidade histórica, função social e centralidade cultural.

A análise das fontes históricas e toponímicas evidenciou, ainda, que a trajetória da Praça suplanta a dimensão física e material, expressando reconfigurações simbólicas que refletem diferentes projetos de cidade. A sucessão de denominações, desde Largo das Amendoeiras, Largo do Teatro e Praça da República até sua oficialização em 1927 como Praça Rodrigues dos Santos, demonstra que a toponímia não se limita a uma formalidade administrativa, constituindo instrumento de poder e memória. Esse resultado confirma o que Meneses (1992) e Nora (1993) observam sobre a seletividade da memória coletiva e sua atualização constante conforme disputas sociais e políticas.

O exame das legislações e dos registros administrativos evidenciou o descompasso entre o marco jurídico da preservação e a prática efetiva da gestão patrimonial. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha ampliado o conceito de patrimônio para incluir dimensões imateriais e identitárias, a ausência de políticas efetivas de proteção para a Praça Rodrigues dos Santos demonstra o distanciamento entre o discurso normativo e a realidade local. Essa constatação reforça o argumento de Castriota (1998) e Choay (2006) de que o patrimônio é campo de tensão, no qual a retórica da preservação convive

com práticas de descaracterização orientadas por interesses econômicos e imediatistas.

A leitura integrada dos dados empíricos e documentais revelou, ainda, que a descontinuidade administrativa e a ausência de políticas públicas coerentes resultam na fragilização dos vínculos identitários. Essa constatação reforça a perspectiva de Halbwachs (1990), segundo a qual a memória coletiva depende de suportes materiais e sociais que assegurem sua permanência. Quando esses suportes são destruídos ou negligenciados, o esquecimento se impõe como prática não declarada de gestão urbana.

Ainda que o diagnóstico revele um quadro de abandono, os resultados indicam também sinais de resistência e proposição. A mobilização do IGHTap, o respaldo técnico da UFOPA e as propostas apresentadas por Nunes (2022), que defendem ações de salvamento arqueológico, consulta pública e requalificação participativa, apontam caminhos possíveis para a ressignificação da Praça Rodrigues dos Santos. Essas iniciativas reconhecem o espaço como lugar de memória plural, articulando patrimônio, turismo cultural e geração de renda comunitária. Nesse sentido, a Praça pode ser reinterpretada não como problema isolado, mas como oportunidade para repensar o lugar do patrimônio no planejamento urbano de Santarém.

Em linhas gerais, os resultados evidenciam que a Praça Rodrigues dos Santos condensa, em escala reduzida, os dilemas nucleares da política patrimonial de Santarém: entre memória e esquecimento, norma e prática, permanência e descaracterização. Sua paisagem atual, marcada por ruínas e resistências, reflete o modo como a cidade convive com seu próprio passado e demonstra a necessidade de reorientar as políticas de preservação para incorporar o patrimônio como dimensão viva da cultura e do planejamento urbano. A análise integrada das fontes empíricas e teóricas confirma, pois, que o patrimônio pode ser compreendido como herança material, mas também como construção social e política, cuja permanência depende de práticas participativas e de políticas públicas efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação favoreceu compreender a Praça Rodrigues dos Santos como um espaço-síntese das contradições que permeiam a relação de Santarém com o seu patrimônio histórico, urbano e arqueológico. O cruzamento entre fontes documentais, iconográficas e observações de campo demonstrou que o

logradouro, longe de constituir apenas um remanescente do período colonial, configura-se como território de disputas simbólicas e políticas em torno da memória e da identidade urbana.

Os resultados obtidos revelam que as sucessivas transformações físicas e funcionais do espaço, desde sua configuração inicial como Largo das Amendoeiras até a intervenção de 2022, evidenciam um processo contínuo de descaracterização, motivado pela ausência de planejamento, pela desarticulação entre os órgãos de gestão e pela predominância de decisões unilaterais do poder público. O levantamento de imagens históricas e atuais mostrou a perda gradual da ambiência, da vegetação e dos equipamentos urbanos originais, confirmando a fragilidade dos instrumentos locais de preservação e a ausência de uma política pública coerente de salvaguarda.

A análise das fontes legais e administrativas demonstrou que, embora o marco jurídico brasileiro assegure a proteção dos bens culturais como direito coletivo, sua efetivação em Santarém permanece incipiente. A inexistência de inventários atualizados, de zoneamento patrimonial e de políticas permanentes de conservação contribui para que a Praça Rodrigues dos Santos se mantenha em situação de vulnerabilidade. Esse descompasso entre norma e prática reforça a compreensão de que o patrimônio, mais do que um conjunto de bens materiais, constitui uma categoria social em disputa, sujeita à apropriação seletiva conforme interesses econômicos e políticos.

Outro achado relevante diz respeito à dimensão arqueológica do logradouro, sobreposto a um sítio identificado desde as pesquisas de Nimuendaju (1953) e retomado por Gomes (2006, 2017). Essa sobreposição temporal amplia a compreensão do valor patrimonial da Praça, ao integrar à sua leitura as camadas indígenas e pré-coloniais silenciadas pelas narrativas oficiais. O reconhecimento dessa continuidade histórica reforça a necessidade de ações de salvaguarda arqueológica e de sinalização interpretativa capazes de tornar visível à população a herança ancestral que permanece inscrita no território urbano.

A reação social diante da intervenção de 2022, materializada na ação judicial movida pelo IHG Tapajós e no laudo técnico elaborado pela UFOPA, representa um marco na trajetória recente de Santarém. Esses documentos comprovam que a sociedade civil e a comunidade acadêmica podem exercer papel protagonista na defesa do patrimônio, reconfigurando o debate local e

propondo alternativas de gestão participativa. O envolvimento de instituições e pesquisadores locais evidencia a emergência de uma nova cultura patrimonial, fundamentada no diálogo entre memória, ciência e cidadania.

Do ponto de vista analítico, a pesquisa evidenciou que a negligência institucional e a fragmentação das políticas culturais transformaram a Praça em metáfora da própria política urbana santarena, marcada pelo imprevisto, pela descontinuidade e pela subordinação do valor cultural à lógica utilitária. Contudo, o movimento de resistência articulado pela sociedade civil indica que ainda é possível reverter esse quadro mediante políticas públicas integradas, capazes de conciliar salvaguarda arqueológica, conservação material e uso social do espaço público.

De forma conclusiva, o estudo contribui para atualizar e sistematizar informações sobre a Praça Rodrigues dos Santos, inserindo-a no debate acadêmico e institucional sobre o patrimônio amazônico. Ao evidenciar a Praça como lugar de memória viva, em que se condensam tensões entre passado e presente, destruição e permanência, esquecimento e reconhecimento, a pesquisa reforça que a preservação patrimonial não se restringe à conservação física, uma vez que envolve processos de significação coletiva e de democratização das decisões sobre o espaço urbano. Inserir a Praça Rodrigues dos Santos nas políticas públicas de preservação e requalificação representa, assim sendo, passo inestimável para restituir-lhe seu valor simbólico e consolidá-la como expressão da paisagem cultural amazônica. Mais do que recuperar um logradouro histórico, trata-se de reconhecer o patrimônio como dimensão estruturante da memória urbana e do planejamento cultural de Santarém.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 28 mar. 2026.

CASTRIOTA, L. B. *O inventário do patrimônio urbano e cultural de Belo Horizonte: uma experiência metodológica*. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: [s.n.], 1998.

- ARSALADE, F. L. *A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- CARSALADE, F. L. Patrimônio e sociedade: alguns pontos para o debate. In: SAMPAIO, A. R.; PESSOA, J.; CARSALADE, F. L. (org.). *Patrimônio cultural na contemporaneidade*. v. 2. Rio de Janeiro: Rio Books, 2024.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
- FONSECA, W. D. *Santarém: logradouros públicos*. Santarém: ICBS, 2006.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, D. M. C. *Identificação de sítios arqueológicos da cultura Santarém na área central da cidade de Santarém, PA*. Relatório final apresentado ao IPHAN. Santarém, 2006.
- GOMES, D. M. C.; MUNIZ, T. S. A. Identidades materializadas na Amazônia Colonial: a cerâmica dos séculos XVIII e XIX do sítio Aldeia, Santarém, PA. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 52-76, 2017.
- GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades@: Santarém*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 mar. 2026.
- MACIEL, M. C. Praça do Papa. In: BESSA, A. S. M. (org.). *A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.
- MENESES, J. N. C. História & turismo cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MENESES, U. T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S.l.], n. 34, p. 9-23, 1992.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- NIMUENDAJÚ, C. Os tapajó. *Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 53-61, 1953.
- NUNES, L. F. C. *Praça Mani: paisagens tapajônicas na longa duração de Santarém – Pará*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- OCARA-AÇU. Direção: Padre Sidney Canto; Fábio Barbosa. Produção executiva e roteiro: Fábio Barbosa. Direção de arte e fotografia: Ádrio Denner. Santarém: Diário do FB. Documentário. *YouTube*, 2025. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zAeEJdvkVbY&t=441s>. Acesso em: 28 mar. 2026.

OLHAR MOCORONGO. Histórias e memórias do Renato Sussuarana. Episódio 6: Praça Rodrigues dos Santos. *YouTube*, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCqOuZOdPY2t5S1VCGSkwGYw>. Acesso em: 28 mar. 2026.

PEREIRA, J. C. M. *Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

Elias Mota Vasconcelos: Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Mestre em Turismo pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET /UnB (2015); Especialista em Educação Ambiental – IBPEX (2004) e em Docência para a atuação Profissional, Científica e Tecnológica – IFPA (2018); Graduado em Turismo, Universidade Federal do Pará – UFPA (2002); Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – EBTT/IFPA Campus Santarém.

Staël De Alvarenga Pereira Costa: Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP (2004); Mestre em Urban Design - Oxford Polytechnic (1980); Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1974); Professora Titular, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Coordena o Grupo de Pesquisa em Desenho Ambiental do CNPq e o Laboratório da Paisagem vinculado ao Departamento de Urbanismo e ao PACPS, desde 2008; Vice-Presidente da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, desde 2015.

Marina Salgado: Doutora em Arquitetura e Urbanismo – UFMG, bolsista Capes/Reuni do Especialista em Revitalização Urbana e Arquitetônica pela UFMG; Mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – UFMG; Professora titular do Departamento de Urbanismo do curso de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG; Coordenadora da Pós-graduação em Arquitetura da Paisagem – PUC/MG; Foi professora substituta no departamento de Urbanismo – UFMG e assistente do departamento de Engenharia civil na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Texto recebido em: 05/12/2025

Texto aprovado em: 04/04/2026